

Escola pública integra crianças com deficiência

Especialistas julgam improdutiva a segregação de estudantes com problemas físicos e mentais em classes especiais

ROSA LUIZA BAPTISTELLA

Crianças portadoras de deficiências estão conquistando espaços em escolas comuns de educação infantil e 1.º grau. A experiência, que se resumia a alguns estabelecimentos particulares de ensino, começa a expandir-se na rede pública com base na Lei de Diretrizes e Bases (LDB). A proposta, tema da pedagogia da inclusão, é um passo adiante numa área cercada de mitos e discriminações.

Os especialistas envolvidos na experiência não esperam milagres, mas asseguram que o portador de deficiência ganha muito com o convívio social. “Se a criança pode ser integrada em escola regular, não se justifica a segregação em classes especiais”, diz o professor de neurologia infantil da Universidade de São Paulo (USP) Saul Cypel. Sem essa oportunidade, o deficiente acaba educado em um ambiente limitado: “Passa a ter uma dimensão errada do mundo.”

A partir deste ano, a Secretaria Municipal da Família e do Bem-Estar Social (Fabes) reservou para os deficientes 5% das vagas das 714 creches municipais ou com convênio. A prefeitura de Santo André, na região metropolitana de São Paulo, matriculou 200 portadores de deficiências nas unidades de educação infantil e ensino fundamental.

São números ainda modestos para um contingente de 10% da população, cálculo do percentual médio de deficientes conforme padrões da Organização Mundial de Saúde (OMS). Mas a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo planeja reforçar o número de salas de recurso (de apoio ao trabalho normal) para sustentar em classes regulares esses alunos especiais.

Conduzir uma classe heterogênea é tarefa delicada. O plano de ensino linear de uma classe comum pode, às vezes, criar dificuldade e imobilizar a criança com deficiência. “É preciso uma estrutura apropriada, senão o tiro sai pela culatra”, adverte a vice-presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia, Nívea de Carvalho Fabrício, também diretora-técnica da Escola Graphein, em São Paulo. “A escola tem de ter convicção de que vale a pena investir nessas crianças e o professor deve ser capacitado para não discriminar o aluno”, afirma a orientadora sexual e enfermeira de saúde pública Maria Helena Gherpelli.

As deficiências dessas crianças vão desde o comprometimento físico ou intelectual até o desenvolvimento diferenciado, resultado de pressões na área afetivo-emocional. Iniciativas pioneiras realizadas, em estabelecimentos paulistas mostram resultados positivos em casos de deficiências leves e moderadas.

Exemplos – Maria Helena, que escreveu *Diferente, Mas Não Desigual, a Sexualidade no Deficiente Mental*, acredita no estímulo da convivência de grupos heterogê-

neos: “Numa classe especial, o único exemplo para o deficiente é o do professor; faltam elementos para o conhecimento real dos códigos sociais.” A diretora pedagógica da escola paulistana Ibeji, Lena Bartman, também confia no benefício da integração social. “A criança aprende a conviver com outras pessoas, não precisa ficar num mundo à parte”, diz.

A Ibeji começou a aceitar portadores de deficiências leves e moderadas, entre 2 anos e 10 anos, há cerca de oito anos. A escola é associada ao Colégio Equipe, para onde são encaminhados os alunos após a conclusão da 4.ª série do 1.º grau.

As escolas que optam pelo trabalho estabelecem limites para a inserção de deficientes em classes regulares. Se o comprometimento for profundo ou a criança não tiver condições de atender à orientação coletiva, a prática se torna inviável. “A escola não poderá possibilitar nada àqueles que não estão aptos a um mínimo de interação”, afirma a coordenadora pedagógica da Escola Ânima, Marisa Etzel, no bairro de Moema, na capital paulistana.

Ritmo – Há sete anos, a Ânima matricula um deficiente em cada sala de pré que funciona na unidade de Moema. Marisa diz que os portadores de deficiência têm ritmo próprio. Não oferecem as mesmas respostas das demais crianças ao processo de aprendizagem. Às vezes, ficam em classes de faixas etárias mais baixas para poder acompanhar o programa. “Temos de reconhecer as limitações e garantir a qualidade do aprendizado até onde ela conseguir”, afirma a pedagoga, que tem observado progresso de linguagem na fase do pré.

O papel do educador é fundamental para alinhar o processo num grupo heterogêneo. “O professor não pode apavorar-se nem ficar tocado emocionalmente porque a última coisa que essa criança precisa é de pena”, alerta Lena, da Ibeji. A questão exige estudo do caso, informação sobre o problema e interesse. Em contrapartida, requer apoio da direção da escola e da família.

“Pais e professores precisam de assessoramento contínuo de pessoal especializado”, diz, por sua vez, Saul Cypel, da USP. Em geral, as escolas regulares aceitam os deficientes por indicação de profissionais com os quais fazem tratamento (psicólogos, psiquiatras, fisioterapeutas) e não dispensam sua orientação no decorrer do processo.

Os benefícios da convivência entre pessoas diferentes são mútuos, na percepção dos educadores. A presença de deficientes na classe regular proporciona clima de respeito e colaboração. Também estimula processos de ensino e aprendizagem. Na Ânima, um deficiente auditivo levou a turma a aprender a linguagem de gestos que culminou num interessante trabalho de mímica.

PROFESSORES
NÃO ESPERAM
MILAGRES, MAS
ASSEGURAM
QUE ALUNO
TEM MUITO A
GANHAR